



***PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE
PROTEÇÃO CIVIL DE ELVAS***

ELABORADO POR: SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL DO MUNICÍPIO DE ELVAS

ÍNDICE

ÍNDICE	2
ÍNDICE DE QUADROS.....	7
ÍNDICE DE FIGURAS	8
Parte I – ENQUADRAMENTO GERAL DO PLANO	10
1 – INTRODUÇÃO.....	10
2 – ÂMBITO DE APLICAÇÃO	10
3 – OBJETIVOS GERAIS	11
4 – ENQUADRAMENTO LEGAL.....	11
5 – ANTECEDENTES DO PROCESSO DE PLANEAMENTO.....	12
6 – ARTICULAÇÃO SMPC INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO.....	12
7 – ATIVAÇÃO DO PLANO.....	13
7.1- Competência para a ativação do plano.....	13
7.2- Critérios para a ativação do plano.....	13
8 – PROGRAMA DE EXERCÍCIOS.....	14
Parte II – ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA.....	15
1 – CONCEITO DE ATUAÇÃO	15
1.1 - Comissão Municipal de Proteção Civil.....	18
1.2 - Centros de coordenação operacional	19
2 – EXECUÇÃO DO PLANO	20
2.1 – Fase de Emergência	20
a) Principais entidades envolvidas	23
b) Ações a adotar.....	23
c) Critérios relativos à mobilização de recursos.....	24
2.2 – Fase de Reabilitação	25
3 – ARTICULAÇÃO E ATUAÇÃO DE AGENTES, ORGANISMOS E ENTIDADES	25
3.1 – Missão dos Agentes de Proteção civil	26
3.1.1 – Fase de Emergência.....	26
3.1.2 – Fase de Reabilitação	27
3.2 – Missão dos Organismos e Entidades de Apoio.....	28
3.2.1 – Fase de Emergência.....	28
3.2.2 – Fase de Reabilitação	28
Parte III – ÁREAS DE INTERVENÇÃO	30
1 – ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS.....	31
2-LOGÍSTICA	34
2.1 – Apoio Logístico às Forças de intervenção.....	35
2.1.1 - ENTIDADE COORDENADORA.....	36
2.1.2 - ENTIDADES INTERVENIENTES.....	36
2.1.2 - ENTIDADES DE APOIO EVENTUAL	36
2.1.3 - PRIORIDADES DE AÇÃO	36
2.1.4 - INSTRUÇÕES ESPECIFICAS	37
2.1.4.1 - ALIMENTAÇÃO, ÁGUA POTÁVEL E ALOJAMENTO	37
2.1.4.2 - COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES.....	37
2.1.4.3 - MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DO MATERIAL	38
2.1.4.4 - MATERIAL SANITÁRIO.....	38
2.1.4.5 - MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS	38

2.1.4.5 - SERVIÇOS TÉCNICOS	39
2.1.4.6 - MATERIAL DE MORTUÁRIA.....	39
2.1.4.7 - ALOJAMENTO	39
2.1.4.8 - SECTORIZAÇÃO DO TEATRO DE OPERAÇÕES.....	40
2.2 – Apoio Logístico às Populações.....	41
2.2.1 - ENTIDADE COORDENADORA.....	42
2.2.2 - ENTIDADES INTERVENIENTES.....	42
2.2.3 - ENTIDADES DE APOIO EVENTUAL	42
2.2.4 - PRIORIDADES DE AÇÃO	42
2.2.5 - INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS	43
2.2.5.1 - ZONAS DE CONCENTRAÇÃO LOCAL E DE ABRIGOS TEMPORÁRIOS	43
2.2.5.2 - ALIMENTAÇÃO E ÁGUA POTÁVEL.....	45
2.2.5.3 - AGASALHOS	45
2.2.5.4 - TRANSPORTES.....	45
2.2.5.5 - MATERIAL SANITÁRIO.....	46
2.2.5.6 - BOLSA DE VOLUNTARIADO.....	46
3 – COMUNICAÇÕES	47
3.1 - ENTIDADE COORDENADORA	51
3.2 - ENTIDADES INTERVENIENTES.....	51
3.3 - ENTIDADES DE APOIO EVENTUAL.....	51
3.4 - PRIORIDADES DE AÇÃO	51
3.5 - INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS	51
4 – GESTÃO DA INFORMAÇÃO.....	54
4.1 Gestão de informação entre entidades atuantes nas operações	56
4.1.1 ENTIDADE COORDENADORA.....	56
4.1.2 ENTIDADES INTERVENIENTES.....	56
4.1.3 ENTIDADES DE APOIO EVENTUAL	57
4.1.4 PRIORIDADES DE AÇÃO	57
4.1.5 INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS	57
4.2 - GESTÃO DE INFORMAÇÃO ENTRE AS ENTIDADES INTERVENIENTES NO PMEPC.....	58
4.2.1 ENTIDADE COORDENADORA.....	58
4.2.2 - ENTIDADES INTERVENIENTES.....	58
4.2.3 - ENTIDADES DE APOIO EVENTUAL	59
4.2.4 - PRIORIDADES DE AÇÃO	59
4.2.5 - INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS	59
4.3 GESTÃO DA INFORMAÇÃO PÚBLICA.....	60
4.3.1 ENTIDADE COORDENADORA.....	60
4.3.2 ENTIDADES INTERVENIENTES.....	60
4.3.3 ENTIDADES DE APOIO EVENTUAL	61
4.3.4 PRIORIDADES DE AÇÃO	61
4.3.5 INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS	62
5 – PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO.....	64
5.1 PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO.....	68
5.1.1 ENTIDADE COORDENADORA.....	68
5.1.2 ENTIDADES INTERVENIENTES.....	68
5.1.3 ENTIDADES DE APOIO EVENTUAL	68
5.1.4 PRIORIDADES DE AÇÃO	68
5.1.5 INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS	69
6 – MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA	74
6.1 PROCEDIMENTOS PARA A MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA	75
6.1.1 ENTIDADE COORDENADORA.....	75

6.1.2 ENTIDADES INTERVENIENTES.....	75
6.1.3 ENTIDADES DE APOIO EVENTUAL	75
6.1.4 PRIORIDADES DE AÇÃO	75
6.1.5 INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS	75
6.1.5.1 Segurança Pública	75
6.1.5.2 EXECUÇÃO DOS PERIMETROS DE SEGURANÇA (TEATRO DE OPERAÇÕES) ...	76
7 – SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS	78
7.1 PROCEDIMENTOS PARA SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE DOENTES.....	83
7.1.1 - ENTIDADE COORDENADORA.....	83
7.1.2 - ENTIDADES INTERVENIENTES.....	83
7.1.3 - ENTIDADES DE APOIO EVENTUAL	83
7.1.4 - PRIORIDADES DE AÇÃO	83
7.1.5 - INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS	83
7.1.6 - SERVIÇOS DE SAÚDE PARA AS FORÇAS DE INTERVENÇÃO	86
7.1.7 - ACOMPANHAMENTO MÉDICO DA POPULAÇÃO DESLOCADA.....	86
7.2 APOIO PSICOLÓGICO	86
7.2.1 ENTIDADE COORDENADORA.....	87
7.2.2 ENTIDADES INTERVENIENTES.....	87
7.2.3 ENTIDADES DE APOIO EVENTUAL	87
7.2.4 PRIORIDADES DE AÇÃO	87
7.2.5 INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS	88
8 – SOCORRO E SALVAMENTO.....	89
8.1 ENTIDADE COORDENADORA.....	90
8.2 ENTIDADES INTERVENIENTES.....	90
8.3 ENTIDADES DE APOIO EVENTUAL	91
8.4 PRIORIDADES DE AÇÃO	91
8.5 INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS	92
9 – SERVIÇOS MORTUÁRIOS.....	95
9.1 ENTIDADE COORDENADORA.....	97
9.2 ENTIDADES INTERVENIENTES.....	98
9.3 ENTIDADES DE APOIO EVENTUAL	98
9.4 PRIORIDADES DE AÇÃO	98
9.5 INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS	99
10 – PROTOCOLOS.....	102
Parte IV – INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR.....	103
SECÇÃO I	103
1 – ORGANIZAÇÃO GERAL DA PROTECÇÃO CIVIL EM PORTUGAL.....	103
1.1- Estrutura da Protecção Civil.....	103
1.2- Estrutura das operações	104
2 – MECANISMOS DA ESTRUTURA DE PROTECÇÃO CIVIL	106
2.1 – Composição, convocação e competências da Comissão de Protecção Civil	106
2.2 – Critérios e âmbito para a declaração da situação de Alerta	106
2.3 – Sistema de Monitorização, Alerta e Aviso.....	107
2.3.1 – Monitorização	107
2.3.2 – Alerta às Entidades	107
2.3.3 – Aviso à População	108
SECÇÃO II	109
1 – CARACTERIZAÇÃO GERAL	109
1.1 – Enquadramento Administrativo.....	109
1.2 – Extensão Territorial	110
1.3 – Contexto Histórico, Patrimonial e Cultural	110

2	CARACTERIZAÇÃO FÍSICA.....	114
2.1	– Hipsometria	114
2.2	– Orografia	114
2.3	– Exposição.....	115
2.4	– Recursos Hídricos	116
2.4.1	– Hidrografia	116
2.4.2	– Qualidade da Água.....	118
2.5	– Clima.....	119
2.5.1	– Rede Climatológica	119
2.5.2	– Temperatura	119
2.5.3	– Humidade.....	120
2.5.4	– Precipitação	121
2.5.5	– Ventos Dominantes.....	122
2.5.6	– Geadas	122
2.5.7	– Insolação	123
2.6	– Uso do Solo.....	125
2.6.1	– Coberto Florestal	125
2.6.2	– Ocupação do Solo	126
2.7	– Litologia	126
2.8	– Sismicidade.....	128
3	– CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA.....	131
3.1	– Dinâmicas Demográficas	131
3.2	– Dinâmicas Económicas	134
4	– CARACTERIZAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS	137
4.1	– Rede Viária	138
4.2	– Rede Ferroviária	140
4.3	– Rede de Escolas	140
4.4	– Concentração de Combustíveis.....	141
4.5	– Características Cemiteriais	142
4.6	– Características da Zona Industrial	142
4.7	– Rede de Saúde.....	143
4.8	– Rede de Pontos de Água	143
5	– CARACTERIZAÇÃO DO RISCO	144
5.1	– Análise de Risco.....	144
5.1.1	– Identificação e Caracterização dos Perigos.....	144
a)	Cheias	144
b)	Seca.....	148
c)	Trovoadas	153
d)	Sismos	154
e)	Rutura de Barragens	158
f)	Rutura de Gasodutos.....	160
g)	Colapso de Estruturas.....	163
h)	Incêndios Florestais.....	163
i)	Transporte de Matérias Perigosas.....	164
j)	Acidentes Aéreos	167
l)	Deslizamentos/ Acidentes Geomorfológicos	168
m)	Acidentes Industriais Graves	168
n)	Fenómenos Meteorológicos Adversos.....	168
o)	Incêndios Urbanos	169
p)	Acidentes Graves de Tráfego Rodoviário	169
5.1.2	– Análise dos Riscos Significativos	171
a)	Cheias	171
b)	Transporte de Matérias Perigosas.....	172

c) Incêndios Florestais	173
5.2 – Análise de Vulnerabilidades	173
5.3 – Estratégias Para a Mitigação de Riscos	174
6– CENÁRIOS.....	175
6.1 – Cheias	175
6.2 – Incêndios Florestais	180
7– CARTOGRAFIA.....	184
SECÇÃO III	185
1– INVENTÁRIO DE MEIOS E RECURSOS.....	185
2– LISTA DE CONTACTOS	188
3– MODELOS DE RELATÓRIOS E REQUISIÇÕES.....	191
4– MODELOS DE COMUNICADOS.....	194
5– LISTA DE CONTROLO DE ACTUALIZAÇÕES DO PLANO.....	196
6– LISTA DE REGISTO DE EXERCÍCIOS DO PLANO	197
7– LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DO PLANO	198
8– LEGISLAÇÃO	199
9– BIBLIOGRAFIA	203
10– GLOSSÁRIO	203
11– ACRÓNIMOS	204

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1– Missão, Composição e Atribuições da CMPC.....	15
Quadro 2 – Principais entidades intervenientes por Tipologia de Risco	24
Quadro 3 – Contatos de Fornecedores Públicos e Privados	33
Quadro 4 – Estrutura de Proteção Civil de acordo com a Lei de Bases de Proteção Civil	103
Quadro 5 – Convocação, Composição e Competências da CMPC	106
Quadro 6 – Extensão territorial do concelho de Elvas.....	110
Quadro 7 – Classificação das Águas	118
Quadro 8 – Características da estação meteorológica (IM).....	119
Quadro 9 – Médias Mensais da Velocidade e Direções do vento mais Frequentes de 2002 a 2005 Média da Velocidade do Vento de 1970 a 2000 no Concelho de Elvas	122
Quadro 10 – Valores do número médio de dias de geada por mês em Elvas	122
Quadro 11 – Valores médios de insolação no concelho de Elvas	123
Quadro 12 – Alguns Fatores Sócio- Económicos do Concelho de Elvas.....	131
Quadro 13 – Caracterização da rede viária no concelho de Elvas	139
Quadro 14 – Contactos e Moradas das Estações de Serviço	141
Quadro 15 – Localização e Capacidade dos Cemitérios.....	142
Quadro 16 – Localização e Tipicidade da Zona Industrial	142
Quadro 17 – Caracterização dos pontos de água	143
Quadro 18 – Características Principais da Barragem do Caia	158
Quadro 19 – Classificação das matérias segundo o RPE	164
Quadro 20 – Localização das ZONAS DE CHEIA no concelho de Elvas.	171
Quadro 21 – Fretes entre Borba e Elvas	172
Quadro 22 – Transporte de Matérias Perigosas na Linha do Leste	172
Quadro 23 – Principais tipos de riscos e seu potencial na Zona Industrial de Elvas.....	174
Quadro 24 – Inventário de Meios e Recursos por Entidade	185
Quadro 25 – Contactos	189

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Ciclo de Gestão de Emergência	16
Figura 2 – Níveis de intervenção na fase de emergência.....	21
Figura 3 – Níveis crescentes de intervenção de acordo com a gravidade da ocorrência	22
Figura 4 – Organograma de Comunicações/ Redes	47
Figura 5 - Organização das comunicações em caso de emergência.	49
Figura 6 - Organograma do sistema de comunicações do PMEPC.....	50
Figura 7 – Organização da Gestão de informação do PMEPC.....	56
Figura 8 – Procedimentos de evacuação.....	67
Figura 9 – Mapa 1, Itinerário de Evacuação 1	72
Figura 10 – Mapa 2, Itinerário de Evacuação 2	73
Figura 11 – Procedimentos de Evacuação Médica.....	82
Figura 12 – Organização das entidades responsáveis pelas ações de Socorro e salvamento	90
Figura 13 - Organização funcional dos serviços mortuários	97
Figura 14 – Enquadramento Administrativo do Concelho de Elvas.....	109
Figura 15 – Localização do Património Histórico	113
Figura 16 – Hipsometria do Concelho de Elvas	114
Figura 17 – Declive do Concelho de Elvas	115
Figura 18 – Exposição do Concelho de Elvas.....	116
Figura 19 – Região Hidrográfica do Guadiana.....	117
Figura 20 – Hidrografia do Concelho de Elvas.....	117
Figura 21 – Dureza da Água no Concelho de Elvas	118
Figura 22 – Gráfico das Temperaturas do Concelho de Elvas	119
Figura 23 – Radiação Solar do Concelho de Elvas	120
Figura 24 – Gráfico da Humidade no Concelho de Elvas.....	121
Figura 25 – Gráfico da Precipitação no Concelho de Elvas	121
Figura 26 – Data Média da Última Geada (período de 1941-1960).....	123
Figura 27 – Insolação no Concelho de Elvas.....	124
Figura 28 – Povoamentos Florestais no Concelho de Elvas	125
Figura 29 - Ocupação do Solo no Concelho de Elvas.....	126
Figura 30 - Carta Litológica do Concelho de Elvas.....	127
Figura 31 – Sismicidade de Portugal e Zonas Adjacentes (ano 309 – 1989)	128
Figura 32 - Mapa neotectónico de Portugal continental,	130
adaptado de Cabral e Ribeiro (1988).	130
Figura 33 - População Residente por Censo e Freguesia (1991 e 2001) e Densidade Populacional (2001).....	132
Figura 34 – Índice de Envelhecimento (1991 e 2001) e sua Evolução (1991 e 2001).....	133
Figura 35 – Taxa de Analfabetismo (1991 e 2001).....	134
Figura 36 - População por Sector de Atividade (%) 2001.....	136
Figura 37 – Localização de Infraestruturas de Apoio à Proteção Civil Municipal de Elvas	137
Figura 38 – Localização do infantário do Revoltinho	144
Figura 39 – Análise da vulnerabilidade do concelho de Elvas face ao risco de cheia	145
Figura 40 – Análise dos edifícios potencialmente implantados em zonas de cheia – Ribeira do Cêto	147
41 – Localização de captações alternativas para abastecimento de água à população - ELVAS	149
Figura 42 – Localização de captações alternativas para abastecimento de água à população – ST.ª EULÁLIA.....	150
Figura 43 – Localização de captações alternativas para abastecimento de água à população – TERRUGEM	151

Figura 44 – Localização de captações alternativas para abastecimento de água à população – VILA BOIM	152
Figura 45 – Exemplo de um relâmpago.....	153
Figura 46 – Enquadramento geodinâmico regional do território continental português	154
Figura 47 – Enquadramento do concelho de Elvas na carta de intensidades sísmicas máximas históricas	155
Figura 48 – Identificação de zonas mais vulneráveis em situação de sismo.....	157
Figura 49 – Foto da Barragem do Caia	158
Figura 50 – Cenário de rutura da Barragem do Caia	159
Figura 51 – “Pipeline” da Estremadura	160
Figura 52 – Gasoduto no concelho de Elvas.....	161
Figura 53 – Gasoduto, troço do ramal secundário, zona das Fontainhas - Pormenor.....	162
Figura 54 – Principais vias rodo e ferroviárias	166
Figura 55 – Localização do Aeroporto Comercial de Talavera La Real.....	167
Figura 56 – Aeroporto Comercial de Talavera La Real	167
Figura 57 – Declives superiores a 45% no concelho de Elvas	168
Figura 58 – Edifícios mais vulneráveis a incêndios no centro histórico da cidade de Elvas.....	169
Figura 59 – Zonas de acumulação de sinistralidade na rede viária do concelho de Elvas	170
Figura 60 – Mapa de Risco de Incêndio do Concelho de Elvas	173
Figura 61 – Diagrama operacional sobre o cenário de inundação na Zona da Ribeira do Cêto em Elvas.....	177
Figura 62 – Cenário de Inundação na Zona da Ribeira do Cêto em Elvas	178
Figura 63– Cenário de Inundação na Zona da Ribeira do Cêto em Elvas – 3D.....	179
Figura 64 – Diagrama operacional sobre o cenário de Incêndio na zona do Forte da Graça ...	181
Figura 65 – Cenário de Incêndio na zona do Forte da Graça	182
Figura 66 – Cenário de Incêndio na zona do Forte da Graça em 3D	183

Parte I – ENQUADRAMENTO GERAL DO PLANO

1 – INTRODUÇÃO

Após alteração da lei de bases da proteção civil em 2006 toda a orgânica e estrutura foram alteradas até chegar ao âmbito local. Como apresentação deste documento podemos dizer que é um plano geral de proteção civil para o concelho de Elvas que pretende com a sua execução enfrentar, mitigar ou resolver a generalidade das situações de emergência que ocorrem na área deste Município.

A elaboração do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Elvas é da competência da Câmara Municipal e do seu Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC), segundo o n.º 1, do artigo 5.º, da Lei n.º 65/2007 de 12 de Novembro.

O Diretor do plano é o Presidente da Câmara Municipal de Elvas e os seus substitutos são o Vereador com as competências da Proteção Civil e o Técnico responsável pelo Serviço Municipal de Proteção Civil.

Este plano é composto por quatro partes. A parte I faz um enquadramento geral do plano, fundamentando as razões da sua existência, descrevendo o seu modo de interligação com outros instrumentos análogos e indicando as condições para a sua ativação. A parte II define a organização da resposta, tipificando as missões e modo de atuação e articulação dos agentes de proteção civil e demais organismos e entidades de apoio. A parte III apresenta as áreas de intervenção básicas da organização geral das operações. Finalmente a parte IV mostra informação adicional à descrita nas partes anteriores.

2 – ÂMBITO DE APLICAÇÃO

O concelho de Elvas pertence ao distrito de Portalegre e é limitado a Norte pelos concelhos de Arronches e Campo Maior, a Oeste pelos concelhos de Monforte e Borba, a Sul pelos concelhos de Vila Viçosa e Alandroal e a Este pela Estremadura espanhola. Cidade raiana, localizada no lado oposto à capital, é também um dos limites entre o Alto e o Baixo Alentejo.

Como já foi referido na introdução deste plano, trata-se de um documento geral que tenta fazer referência a todos os riscos identificados no concelho.

Falando um pouco dos riscos e zonas vulneráveis no concelho de Elvas pode dizer-se que os principais identificados são a seca, os incêndios agrícolas, cheias na zona da cidade, em algumas herdades e aldeias, rutura de barragens, rutura de gasodutos, colapso de estruturas, acidentes com matérias perigosas.

O PMEPC de Elvas é um plano de âmbito municipal.

3 – OBJETIVOS GERAIS

Os objetivos principais a que se destina este plano de emergência são os seguintes:

- Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil;
- Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;
- Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
- Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe;
- Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;
- Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;
- Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves e catástrofes;
- Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.

4 – ENQUADRAMENTO LEGAL

Legislação geral/ Estruturante:

- Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho – Lei de Bases da Proteção Civil
- Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro – Enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, organização dos serviços municipais de proteção civil e competências do comandante operacional municipal;

- Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de Julho – Sistema integrado de operações de proteção e socorro (SIOPS);
- Resolução nº 25/2008 da Comissão Nacional de Proteção Civil, de 18 de Julho de 2008 - Diretiva relativa aos critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil.

5 – ANTECEDENTES DO PROCESSO DE PLANEAMENTO

Relativamente a esta matéria, o planeamento existente em 2006 era uma versão do Plano Municipal de Emergência, aprovada em reunião de câmara do dia 28 de Julho de 1999 e posteriormente o mesmo documento foi aprovado também pela Assembleia Municipal, na sua reunião do dia 29 de Setembro de 1999.

Nesse ano de 2006 foram introduzidas alterações, nomeadamente, na identificação e estudo dos riscos e vulnerabilidades existentes na área do concelho.

Não existe informação sobre qualquer ativação ou exercício de teste ao plano, apenas referir a participação do Município em exercícios organizados pelos Bombeiros e Forças de Segurança.

Relativamente a esta versão do plano e no cumprimento do estabelecido pelo n.º 9, do artigo 4.º, da Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 25/ 2008, de 18 de Julho, foi realizada a Consulta Pública do Plano municipal de Emergência de Proteção Civil de Elvas, durante 30 dias, 17/02/2009 a 19/03/2009, não sendo registados contributos.

Posteriormente foi dado parecer positivo ao PMEPC, com algumas alterações/ correções, pela Comissão Municipal de Proteção Civil do Município de Elvas em 10/01/2010.

6 – ARTICULAÇÃO SMPC INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Foram desenvolvidas sinergias para a identificação de riscos e vulnerabilidades do território e também a harmonização de bases cartográficas, no processo de revisão do PDM de Elvas. Digamos que esse documento contempla no seu conteúdo as situações identificadas no PMEPC, fazendo que sejam excluídos ou diminuídos os riscos no planeamento de raiz do território.

O plano PMEPC de Elvas tem interligação com os PMEPC de Campo Maior, Monforte, Arronches, Borba, Vila Viçosa e Alandroal, que são os concelhos com áreas territoriais adjacentes ao concelho de Elvas.

7 – ATIVAÇÃO DO PLANO

7.1- Competência para a ativação do plano

A ativação do plano de emergência visa assegurar a colaboração das várias entidades intervenientes, garantindo a mobilização mais rápida dos meios e recursos afetos ao plano e uma maior eficácia e eficiência na execução das ordens e procedimentos previamente definidos.

Segundo a alínea c), do n.º 3, do artigo 3.º, da Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro, **a ativação do PMEPC compete à Comissão Municipal de Proteção Civil.**

Por razões de celeridade do processo e na impossibilidade de reunir todos os membros, essa comissão poderá reunir, quando a natureza do acidente grave ou catástrofe o justificar, com alguns dos seus elementos representados, nomeadamente, Presidente da Câmara ou seu representante, GNR, PSP e Bombeiros.

Os meios para a publicitação da ativação do plano são os seguintes:

- Rádio Elvas;
- Rádio Renascença, Voz de Elvas;
- Página oficial da Câmara – www.cm-elvas.pt
- RTP 1;

A desativação do plano será efetuada pelo Presidente da Câmara através da divulgação nos meios de comunicação social.

7.2- Critérios para a ativação do plano

Tratando-se de um plano geral torna-se difícil quantificar os parâmetros a partir dos quais se justifique ativar o mesmo. No entanto, para fazer face a este problema definiu-se que o PMEPC seria ativado quando na ocorrência de um acidente grave ou catástrofe se verifique um dos seguintes critérios:

- N.º de vítimas igual ou superior a 8;
- N.º de desalojados superior a 20 famílias;
- Danos nos bens e património (habitações danificadas, edifícios indispensáveis às operações de proteção civil afetados, danificação de monumentos nacionais) em mais de 3 edifícios e monumentos;
- Danos nos serviços e infraestruturas (suspensão do fornecimento de água, energias, telecomunicações) durante um período de 3 dias consecutivos;
- Danos no ambiente (descargas de matérias perigosas em aquíferos ou no solo, libertação de matérias perigosas para a atmosfera)

durante um período de 2 dias consecutivos, diminuindo este período segundo os caudais registados ou quantidades de substâncias libertadas aumentem;

Sempre que se verifique necessidade, segundo a ocorrência de acidente grave ou catástrofe, a Comissão Municipal de Proteção Civil pode ativar o PMEPC.

8 – PROGRAMA DE EXERCÍCIOS

Por exercício de postos de comando (Comand Post Exercise, CPX) entende-se aquele que se realiza em contexto de sala de operações e tem como objetivos testar o estado de prontidão e a capacidade de resposta e de mobilização de meios das diversas entidades envolvidas nas operações de emergência.

Por exercício LivEx entende-se um exercício de ordem operacional, no qual se desenvolvem missões no terreno, com meios humanos e equipamento, permitindo avaliar as disponibilidades operacionais e as capacidades de execução das entidades envolvidas.

Segundo o n.º2, do artigo 9.º, da Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 25/2008, de 18 de Julho, **os planos de emergência devem ser objeto de exercícios pelo menos bianualmente, periodicidade esta a adotar por este plano.**